



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. A comunicação social tem vindo a dar especial relevo, nos últimos dias, a determinadas sessões do julgamento do chamado caso "Moderna" em que foram feitas referências a comportamentos assumidos pelo Senhor Dr. Paulo Portas, Ministro-Adjunto e da Defesa do actual Governo, e enquanto gerente, à data, da sociedade "Amostra-Estudos de Mercado, Lda.".
2. A expectativa criada acerca da atitude que o Ministério Público pudesse tomar e os comentários e especulações entretanto desencadeados justificam um esclarecimento público nos termos que se seguem.
3. Culminando a investigação em inquérito do caso "Moderna" a Polícia Judiciária elaborou um relatório em que o nome do Senhor Dr. Paulo Portas é várias vezes referido, nomeadamente pelas funções que exercia na já referida sociedade "Amostra" que funcionaria como centro de sondagens e viria a celebrar um protocolo com a "Dinensino" cooperativa proprietária da Universidade Moderna.
4. Na sequência da investigação realizada, foi deduzida, a 28 de Setembro de 2000, acusação contra 13 arguidos e lavrado despacho de arquivamento em relação a 16 outros arguidos, sem que o Senhor Dr. Paulo Portas tivesse sido objecto de qualquer um destes despachos. Na verdade foi então avaliada a prova disponível e entendido pelo Ministério Público que os comportamentos a ele atribuídos assim o determinavam.
5. A situação não se alterou em matéria de responsabilização do Senhor Dr. Paulo Portas com a instrução que se seguiu. Iniciada a audiência de julgamento, a prova produzida até este momento também não revelou factos susceptíveis de alterar o juízo anteriormente formulado. Aliás, nem a requerimento do Ministério Público nem por decisão do Tribunal Colectivo oficiosamente foi ainda ordenada a extracção de certidão com vista a instauração de inquérito autónomo para apuramento de responsabilidades do Senhor Dr. Paulo Portas.
6. Prolongar-se-á pelos próximos meses a audiência do julgamento do caso "Moderna", com produção de prova que inclui a audição de dezenas de testemunhas e que se espera que venha a decorrer num ambiente de serenidade importante para a realização de justiça.
7. O Ministério Público estará atento à eventual revelação de factos que possam alterar o seu juízo sobre a responsabilidade penal de qualquer interveniente no processo que não tenha sido acusado. Não deixará de actuar em conformidade relativamente a quem quer que seja.
8. Por outro lado, a factualidade que já consta dos autos pode ser e tem sido valorada em perspectivas diferentes que não a da responsabilidade penal. Esta é porém uma realidade alheia à actuação dos magistrados do Ministério Público enquanto tais.

Lisboa, 10 de Setembro de 2002

A Assessora de Imprensa

Sara Pina